

SINDIAGUA - CAGECE

**ACORDO
COLETIVO
2018/2019**

**UM DOCUMENTO
DO TRABALHADOR**





APRESENTAÇÃO

Defender a classe trabalhadora no momento atual do País não é tarefa fácil. Exige perseverança e luta. E nenhuma das duas coisas faltou na campanha salarial de 2018. Em um cenário de terríveis retrocessos, com corte de gastos sociais, ameaças de privatização e uma reforma trabalhista implantada por um presidente ilegítimo com o único objetivo de retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, podemos dizer que o saldo da campanha salarial deste ano foi positivo. Se compararmos com os resultados das negociações das outras companhias de saneamento do Brasil, o Acordo Coletivo 2018/2019, apesar das dificuldades, pode ser considerado como um dos melhores do País no setor, mesmo sabendo que ainda há muito pelo que lutar. Conseguimos seguir em frente num cenário em que as crises política, hídrica e econômica tentam nos empurrar para trás.

Este livro não traz apenas o resultado da campanha salarial desse ano. Traz, na verdade, o resultado do acúmulo de muitas lutas em 35 anos de história do Sindiagua que estão sendo completados este ano. Destacamos ao longo das páginas desta publicação as conquistas alcançadas pela atual gestão. E não foram poucas. São conquistas que comprovam que o Sindiagua permanece firme, atuante e combatente, superando as dificuldades, sem nunca abrir mão de defender os direitos dos(as) trabalhadores(as) e o saneamento público acessível a todos. E é esse mesmo espírito que vai nos guiar na luta contra a privatização da água disfarçada de PPP!

Vamos em frente!

A direção

SUMÁRIO

CLÁUSULA	BENEFÍCIO	PÁGINA
1ª	Vigência e data-base	07
2ª	Abrangência	07
3ª	Reajuste salarial	07
4ª	Adiantamento quinzenal	07
5ª	Tabela salarial	08
6ª	Anuênio	11
7ª	Gratificação de Condução de Veículos	11
8ª	Incentivo ao Desenvolvimento Educacional	13
9ª	Participação nos Resultados	13
10ª	Auxílio Moradia	17
11ª	Auxílio Alimentação	17
12ª	Transporte	18
13ª	Auxílio Educação Formal	21
14ª	Assistência Médica	21
15ª	Plano de saúde e Plano odontológico	21
16ª	Complementação de Auxílio Doença	22
17ª	Auxílio Funeral	24
18ª	Auxílio Creche/educação	24
19ª	Indenização por morte ou invalidez	25



CLÁUSULA	BENEFÍCIO	PÁGINA
20ª	Das indenizações por utilização de veículos	25
21ª	Convênio Farmácia / Reembolso de Medicamentos	27
22ª	Auxílio filho portador de necessidades especiais	27
23ª	Vale Cultura	28
24ª	Jornada de trabalho	28
25ª	Sistemas Alternativos de ponto Eletrônico	28
26ª	Dispensa dos serviços	28
27ª	Ausência justificada	30
28ª	Abono aniversário	30
29ª	Jornada para pais/mães com filhos portadores de necessidades especiais ..	30
30ª	Empréstimo das férias	30
31ª	Gratificação das férias	30
32ª	Licença de Acompanhamento	31
33ª	Licença Maternidade	31
34ª	Liberação de empregados para direção do Sindiagua	31
35ª	Congressos e cursos	31
36ª	Mensalidade e Desconto em folha	31
37ª	Murais	31
38ª	Mesa de Negociação	32



MANUTENÇÃO DE TODAS AS CONQUISTAS ALCANÇADAS

Apesar da maléfica reforma trabalhista que está pondo em risco os direitos da classe trabalhadora, o Acordo Coletivo 2018/2019 conseguiu garantir a manutenção de todas as conquistas alcançadas pelo Sindiagua e a categoria.



ACORDO COLETIVO

COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE, CNPJ n. 07.040.108/0001-57, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NEURISANGELO CAVALCANTE DE FREITAS e por seu Diretor Jurídico, Sr(a). SILENO KLEBER GUEDES FILHO e por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO CLETO GOMES; E SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA, CNPJ n. 07.296.320/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JADSON SARTO ANGELO OLIVEIRA DE PONTES e por seu Secretário Financeiro, Sr(a). ANTONIO DE OLIVEIRA e por seu Secretário Jurídico, Sr(a). ANTONIO MARCUS VINICIUS CATUNDA GUERRA; celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Profissional das Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos, do plano da CNTI, com abrangência territorial em CE.

Salários, Reajustes e Pagamento Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE SALARIAL

No mês de maio/2018, os salários dos empregados da Cagece serão reajustados em percentual correspondente a 2,70% (dois vírgula setenta por cento). Para a base de cálculos dos novos salários, o mencionado percentual será aplicado sobre os salários pagos no mês de abril/2018, excetuando-se os salários do quadro especial.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - ADIANTAMENTO QUINZENAL

A Cagece adiantará, quinzenalmente, 30% (trinta por cento) da remuneração bruta dos seus empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deduções legais e convencionais serão procedidas quando da elaboração da folha de pagamento, ao final de cada mês. A Cagece poderá proceder as referidas deduções, quando do adiantamento quinzenal, do pagamento da PR, 13º salário e férias, desde que o empregado venha apresentando saldo no final do mês, insuficiente para cobrir os descontos mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados poderão solicitar, por escrito, a redução do percentual de adiantamento quinzenal previsto no caput desta cláusula para 0%, 10%, 15% ou 20%.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - TABELA SALARIAL

Os Cargos, Funções, Níveis, Faixas e Salários dos empregados são os constantes das respectivas Fichas de Registro de Empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em decorrência da celebração deste Acordo Coletivo de Trabalho fica aprovada a seguinte Tabela Salarial dos empregados da Cagece:

TABELA SALARIAL 2018 2019

FAIXA	PORTEJÓ	SALÁRIO BASE - 40 HORAS SEMANAIS													PERCENTUAL DE AUMENTO → 2,70%									
		81%	84%	86%	89%	91%	93%	95%	98%	100%	103%	106%	109%	111%	113%	100%	120%	126%						
4	17	608	-	-	-	-	14.863,65	15.472,89	15.980,91	16.570,75	17.102,60	17.670,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	16	528	-	-	-	-	12.378,99	12.835,25	13.388,45	13.995,19	14.306,15	14.838,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15	460	-	-	-	-	10.267,06	10.644,94	11.036,68	11.443,25	11.864,93	12.304,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	14	400	-	-	-	-	8.403,54	8.712,28	9.032,53	9.364,65	9.709,11	10.060,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	13	360	-	-	-	6.136,67	6.365,55	6.603,79	6.850,60	7.107,28	7.382,27	7.632,40	7.947,68	8.204,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	304	-	-	-	4.898,16	5.039,25	5.277,81	5.421,94	5.620,13	5.825,60	6.038,78	6.259,80	6.490,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11	264	-	-	-	4.113,67	4.265,89	4.424,53	4.588,89	4.766,17	4.929,60	5.109,55	5.296,07	5.489,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	9	200	2.873,03	2.918,85	3.080,58	3.202,72	3.379,04	3.603,51	3.801,23	3.971,10	4.100,60	4.348,06	4.506,35	4.676,55	4.841,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8	175	2.564,95	2.648,73	2.746,67	2.847,90	2.951,94	3.060,76	3.173,55	3.288,26	3.407,26	3.530,72	3.658,69	3.792,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7	152	2.282,34	2.345,05	2.430,85	2.519,93	2.612,34	2.709,35	2.807,75	2.908,97	3.013,66	3.122,71	3.235,60	3.353,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6	132	2.007,88	2.080,94	2.156,75	2.246,95	2.311,11	2.401,88	2.488,65	2.579,89	2.671,60	2.767,90	2.867,62	2.971,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TABELA SALARIAL 2018 2019

FAIXA	PORTEJÓ	SALÁRIO BASE - 30 HORAS SEMANAIS													PERCENTUAL DE AUMENTO → 2,70%									
		81%	84%	86%	89%	91%	93%	95%	98%	100%	103%	106%	109%	111%	113%	100%	120%	126%						
4	17	608	-	-	-	-	11.147,76	11.559,11	11.985,68	12.428,13	12.886,96	13.365,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	16	528	-	-	-	-	9.284,25	9.626,47	9.981,30	10.349,38	10.731,15	11.129,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15	460	-	-	-	-	7.700,30	7.983,71	8.277,66	8.582,54	8.898,70	9.228,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	14	400	-	-	-	-	6.302,64	6.534,24	6.774,41	7.021,50	7.281,83	7.551,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	13	360	-	-	-	4.602,64	4.774,19	4.952,81	5.137,95	5.326,34	5.501,73	5.724,32	5.934,47	6.153,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	304	-	-	-	3.643,63	3.779,42	3.920,48	4.066,47	4.215,08	4.365,22	4.525,10	4.684,86	4.854,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11	264	-	-	-	3.084,77	3.199,42	3.318,39	3.441,66	3.567,13	3.697,20	3.832,10	3.972,06	4.117,91	4.268,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	10	230	-	-	-	2.722,86	2.822,93	2.927,59	3.036,14	3.148,55	3.261,04	3.379,77	3.502,93	3.631,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8	200	2.154,75	2.234,13	2.316,52	2.402,80	2.490,73	2.582,86	2.678,32	2.775,45	2.874,04	2.980,62	3.089,00	3.201,91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7	175	1.976,20	2.068,54	2.099,55	2.133,31	2.211,57	2.295,57	2.380,14	2.466,19	2.555,40	2.648,05	2.744,02	2.844,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6	152	1.696,73	1.758,76	1.823,14	1.890,92	1.959,26	2.031,25	2.105,81	2.181,70	2.260,37	2.342,01	2.426,68	2.514,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: 1 - Auxiliar Administrativo Operacional
 2 - Assistente Administrativo Operacional
 3 - Técnico Administrativo Operacional
 4 - Graduados

REAJUSTE SALARIAL

Na campanha salarial de 2018, Sindiagua e trabalhadores conseguiram um reajuste acima do INPC (INPC + 1%), o que pode ser considerado um avanço em um cenário nacional de arrocho salarial. Nos últimos anos, em quase todas as campanhas salariais é conquistado reajuste acima da inflação.



PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece realizará reuniões com o Sindiagua sobre o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR para reapresentação ao Conselho de Administração até dezembro de 2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece divulgará as metas da política de promoções por mérito ao longo do ano de 2018.

PARÁGRAFO QUARTO: A Cagece garantirá excepcionalmente e exclusivamente aos empregados contratados a partir de 01.09.2013, que foram aprovados no último concurso público realizado pela Companhia (Edital 01/2013), no mês subsequente ao que forem completados 04 (quatro) anos de trabalho efetivo, a progressão por tempo, a ser expressa pela mudança para a primeira letra do Nível II de suas Funções, no atual plano de cargos, ao invés da mudança de apenas uma letra, conforme consta da Política de Promoção por tempo do atual PCR, respeitadas as demais regras do referido instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO: A Cagece garantirá excepcionalmente e exclusivamente aos empregados atualmente no cargo de Técnico Administrativo Operacional – Nível II/Faixa 10, que ao chegarem no final de carreira do referido nível (10L), ao invés de iniciarem a carreira do nível III na faixa 12D, iniciarão a carreira do nível III na faixa 12E. Os empregados que se encontram enquadrados no Nível III/Faixa 12D serão reenquadrados na Faixa 12E

PARÁGRAFO SEXTO: A Cagece reclassificará no PCR vigente as carreiras do cargo Técnico Administrativo Operacional, especificamente das funções de Técnico de Segurança do Trabalho, Técnico Contábil, Técnico de Enfermagem, Técnico em Engenharia e Técnico em Avaliação de Imóveis, equiparando-os na tabela salarial às funções de carreiras 09, 10 e 12. Os empregados do Cargo Técnico Administrativo Operacional pertencentes à função Técnico em Secretariado serão reenquadrados no nível 12.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros **Outras Gratificações**

CLÁUSULA SEXTA - ANUÊNIO

A Cagece continuará pagando o percentual relativo aos anuênios considerando para o cálculo respectivo o período de 01/03/1972 a 31/05/1999.

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

O empregado que, por necessidade da execução de suas atribuições, precisar dirigir veículos da Cagece, fará jus a uma gratificação denominada Gratificação de Condução de Veículos, conforme estabelecido em Norma Interna da Cagece, respeitando-se as condições abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento da gratificação será devido ao empregado credenciado na GESCO - Gerência de Serviços Compartilhados (Coordenação de Gestão de Transporte), como condutor de veículo locado ou próprio da Cagece.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Este benefício não será estendido aos empregados que:

- a) Utilizam seus veículos particulares a serviço da Cagece;
- b) Recebem gratificação por função, excetuando-se as gratificações de chefe de turma e todos os supervisores;
- c) Exercem a função de motorista, mesmo que recebam qualquer gratificação por função.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da gratificação será de R\$ 387,03 (trezentos e oitenta sete reais e três centavos) pago proporcionalmente aos dias trabalhados, da seguinte forma:

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Essa cláusula é uma importante conquista da categoria que foi alcançada na atual gestão (em 2012). Em 2015 teve um crescimento de 50% de seus percentuais de titulação e no acordo 2018/2019 teve um crescimento de 150%. O objetivo é incentivar a qualificação dos trabalhadores que recebem aumentos em suas remunerações a cada título de ensino superior conquistado.



01 a 03 dias - 20% do valor da gratificação;
04 a 07 dias - 30% do valor da gratificação;
08 a 12 dias - 50% do valor da gratificação;
13 a 15 dias - 70% do valor da gratificação;
16 a 19 dias - 90% do valor da gratificação; e,
Acima de 19 dias - 100% do valor da gratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se dia trabalhado a utilização do veículo por parte do empregado por no mínimo 3 (três) horas, contadas a partir do início do deslocamento, até o fechamento do último deslocamento no dia.

CLÁUSULA OITAVA - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Cagece concederá, a título de incentivo pelo desenvolvimento pessoal adquirido, umas das gratificações nos seguintes percentuais:

15% ao portador de título de Doutor, devidamente registrado,
10% ao portador de título de Mestre, devidamente registrado,
5% ao portador de título de Especialização, devidamente registrado, e
2,5% ao portador de certificados de Graduação, devidamente registrado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fazer jus ao incentivo ao desenvolvimento educacional é necessário que o curso de Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado tenha sido realizado em instituição reconhecida pelo MEC e/ou Conselho de Educação do Ceará e ser correlato com a missão da Cagece. Serão também aceitos, a cargo de titularidade, as Especializações, Mestrados ou Doutorados formatados e custeados pela Cagece.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado deverá solicitar este incentivo por meio de processo administrativo à Gerência de Pessoas – Gepes, contendo formulário específico (SAD-386) e cópia autenticada da documentação comprobatória do título adquirido. A concessão do incentivo dar-se-á a partir do mês de entrega da documentação, condicionada à validação pela Gepes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedada qualquer forma de duplicidade de pagamento pela Cagece, de benefício referente a um mesmo título, prevalecendo a maior titulação.

PARÁGRAFO QUARTO: Quem ingressou na Cagece com a exigência de uma das titularidades, só terá direito caso obtenha outra titulação de nível superior diversa daquela exigida para o ingresso no quadro de empregados.

PARÁGRAFO QUINTO: Cursos sequenciais com duração inferior a 3 (três) anos não serão aceitos para a gratificação de incentivo ao desenvolvimento educacional.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA NONA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR

Em decorrência do alcance de 100% da meta de Margem Ebitda Ajustada, referente ao ano de 2018, gatilho para o pagamento da Participação no Resultados - PR, a Cagece pagará o percentual de até 110% (cento e dez por cento) sobre o valor da remuneração percebida pelos empregados no mês de dezembro de 2018, com a exclusão da parcela relacionada com o 13º salário, a título de PR, referente ao período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018. Caso ocorra algum fato superveniente que impacte no atendimento da Margem Ebitda Ajustada, caberá

apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Cagece para uma nova revisão da meta deste indicador. A Margem Ebitda Ajustada, referente ao ano em curso, corresponde à Margem Ebitda, desconsiderados os efeitos do Plano de Reconhecimento de Serviço Prestado – PRSP do ano de 2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO PAGAMENTO: O percentual a ser pago incidirá sobre as parcelas previstas nos contracheques dos empregados, conforme os casos, a saber: 013 – INCENTIVO EDUCACIONAL; 019 - SALARIO; 020 - DIF. JORNADA 40; 023 - HONORÁRIOS; 055, 056 – GRATIF DE FUNÇÃO; 060 - GRATIF. REPRESENTAÇÃO; 069 - GRATIF. LEI 112; 080, 084 - ANUENIO; 109 – BONUS-RES COMPLEMENTAÇÃO GESTORES; 162 - COMPL OP/DIRETOR; 071, 072, 122 - INSALUBRIDADE; 73 - PERICULOSIDADE; 014, 126 - COMPL SALARIAL; 178 - ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO; 111 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS 50%; 113 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS 100%; 115 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS NOTURNAS; 110, 117, 121 - ADICIONAL NOTURNO, 029 - DSR (Descanso semanal remunerado) e 058, 258 – INCORPORAÇÃO GRATIFICAÇÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - OBJETIVOS: Os objetivos da sistemática de Participação nos Resultados são os seguintes:

- a) Incentivar os colaboradores na busca do alcance dos desafios estabelecidos no Plano de Gestão Estratégica da Cagece;
- b) Fortalecer a prática da gestão empresarial com foco em resultados;
- c) Promover o trabalho em equipe, práticas de inovação e melhoria contínua da gestão, desenvolvimento do negócio, dos processos e das competências; e,
- d) Aprender com os sucessos e insucessos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - SISTEMÁTICA DA DISTRIBUIÇÃO DA PR

A Cagece distribuirá a PR com os seus empregados a partir das seguintes condições:

- a) Apuração dos indicadores associados aos objetivos do Planejamento Estratégico da Cagece, por perspectiva: econômico-financeira, mercado e processo, respectivamente representados até então pelos seguintes indicadores, Margem Ebitda Ajustada, Índice de Eficiência na Arrecadação, Volume Faturado Líquido de Água, Volume Faturado Líquido de Esgoto e Índice de Perdas Reversíveis.
- b) Para apuração dos resultados será utilizada a base de dados contida no Sistema de Gerenciamento de Resultados - SGR;
- c) Os resultados, citados no item anterior, referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2018;
- d) A Cagece disponibilizará, no máximo, 1,1 folha bruta a ser distribuída a título de participação nos resultados;
- e) É requerido que a empresa atinja a meta estabelecida para o indicador de Margem Ebitda Ajustada, considerado "gatilho", ou seja, só haverá distribuição da participação nos resultados se a meta prevista for alcançada.

PARÁGRAFO QUARTO - ASPECTOS LEGAIS: A Cagece e o SINDIAGUA instituem os indicadores e metas, vigentes no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018, para aferição e pagamento da Participação nos Resultados – PR, relativos ao exercício de 2018, na forma prevista no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal e Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, de acordo com o Quadro Resumo adiante indicado, a saber:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Na campanha salarial de 2010, conseguimos aumentar o percentual da PR para 110%. Uma importante conquista. Em 2018 atingimos o maior valor pago pelo benefício em toda a história: 107,91%.



PERSPECTIVA	INDICADOR	META 2018	PESO PARA PREMIAÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA	Margem EBTDA (gatilho)	27,32%	41,24%
	Índice de eficiência na arrecadação	100,59%	14,69%
MERCADO	Volume Faturado Líquido de Água	266.602.748 m ³	14,69%
	Volume Faturado Líquido de Esgoto	97.087.112 m ³	14,69%
PROCESSO	Índice de Perdas Reversíveis	26,12%	14,69%

PARÁGRAFO QUINTO - REVISÃO DE METAS E INDICADORES: As metas e indicadores estabelecidos pela Cagece para o exercício de 2018 só poderão ser alterados com a anuência do SINDIAGUA.

PARÁGRAFO SEXTO – ORÇAMENTO: Será previsto no orçamento da Companhia os recursos necessários para distribuição máxima de 1,1 remuneração por empregado, para o caso de atingimento de 100% das metas previstas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – DISTRIBUIÇÃO: Pagamento máximo de 1,1 remuneração, na forma estabelecida no Parágrafo Quarto desta Cláusula, em favor dos empregados aptos a receber a PR, caso todas as metas sejam atingidas em 100%.

PARÁGRAFO OITAVO - EMPREGADO APTO A RECEBER A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: A Cagece pagará aos empregados que estiveram com contratos de trabalhos vigentes no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018, valores correspondentes a participação nos resultados, até o dia 30 de março de 2019.

I - Não farão jus à Participação nos Resultados os empregados:

- afastados por licença não remunerada durante todo o ano de 2018;
- punidos com suspensão no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018 acima de 05 dias; e
- admitidos a partir de 01.01.2019.

II - Da proporcionalidade do pagamento da PR:

Os empregados enquadrados nas situações a seguir perceberão valores de participação nos resultados calculados de forma proporcional aos meses efetivamente trabalhados:

- admitidos no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018;
- afastados por licença não remunerada no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018;
- desligados no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018;
- servidores ocupantes de cargos em comissão da Cagece, empregados ou não empregados, desligados ou nomeados no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018.
- Será computado no valor da remuneração do mês de Dezembro, do empregado, a média de horas extras, adicional noturno e descanso semanal remunerado – DSR realizadas no período de 01.01.2018 a 31.12.2018.

III - No caso das alíneas "b" e "c" do inciso II, desta Cláusula, a PR será paga com base na última remuneração percebida pelo empregado; e, no caso a alínea "d" a PR será paga com base no valor da gratificação correspondente

ao cargo em comissão no mês de Dezembro/2018. No caso de alteração de função no decorrer do ano, o valor da PR será calculado levando-se em consideração a média de gratificação recebida no mesmo período.

IV - O pagamento de gratificação de função decorrente de substituição de servidor por motivo de férias não enseja o pagamento da PR, na forma prevista na alínea "d" desta Cláusula.

V - Os empregados que obtiveram até 05 (cinco) faltas ao trabalho no período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018 perceberão o valor integral da PR prevista.

VI - Os empregados que obtiveram 06 (seis) faltas no mesmo período perceberão o valor da PR prevista, com a redução de 6% (seis por cento), ficando pactuado, ainda, que a redução será acrescida em 1% (um por cento) em relação a cada falta superior a 6 (seis) dias no mesmo período.

VII - Para efeito da proporcionalidade prevista no inciso II deste Parágrafo, considerar-se-á como mês integral neste contrato a fração igual ou superior a 15 dias.

VIII - Para fins de aplicação da regra prevista neste Parágrafo a Cagece utilizará os dados existentes na Gapes - Gerência de Pessoas na presente data.

Auxílio Habitação

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXILIO MORADIA

A Cagece pagará auxílio moradia de R\$575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) em favor dos empregados que forem transferidos de Fortaleza para o interior e entre Unidades de Negócio - UN's localizadas no interior nas funções de Gerente ou Coordenador, Encarregado de Núcleo ou Supervisores IV (com distância superior a 20 quilômetros); no valor de R\$460,00 (quatrocentos e sessenta reais), para demais empregados transferidos para o interior ou entre cidades do interior (com distância superior a 20 quilômetros); na forma prevista na Resolução de Diretoria nº 32/2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nas cidades com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, será acrescido 20% (vinte por cento) sobre os valores de auxílio moradia descritos no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O benefício previsto no caput desta cláusula será concedido pelo período de até 02 (dois) anos, a contar da data da transferência do empregado.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

A CAGECE fornecerá aos empregados vale alimentação no valor de R\$ 45,91 (quarenta e cinco reais e noventa um centavos) cada, e vale lanche no valor de R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos) cada, contribuindo aqueles com o valor de R\$ 0,01 (um centavo de real), ficando de logo autorizado o desconto dessa importância em folha de pagamento, obedecidos os seguintes critérios:

VALE ALIMENTAÇÃO para:

1. Os que cumprem jornada de trabalho de 30 ou 40h semanais;
2. Os que cumprem jornada 12h x 36h.
3. Os que executarem serviços em caráter extraordinário, conforme norma específica;
4. As empregadas que tiverem em gozo de licença maternidade;
5. Os empregados que se encontram em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

VALE-LANCHE para:

1. Integrantes de turmas, quando em serviço externo, incluindo fiscais de campo;
2. Os que executarem serviços em caráter extraordinário no período de 00h às 07h;
3. Os empregados que estiverem realizando serviços de operação e manutenção, externos em campo e em favor da Cagece, com duração igual ou superior a 02 (duas) horas;
4. Empregados encarregados de serviços externos de entregas/recebimentos de malotes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos casos dos itens 1, 2, 4 e 5 serão fornecidos 22 (vinte e dois) vales alimentação mensais, de forma ininterrupta, com exceção para faltas não justificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece concederá aos seus empregados 14 (quatorze) vales alimentação, totalizando, portanto, 36 (trinta e seis) vales, exclusivamente no mês de Dezembro.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE

Será mantido pela Cagece, transporte coletivo gratuito, para seus empregados, nas rotas abaixo e, cujos percursos estão estabelecidos em norma da empresa:

1 - TURNO DAMANHÃ

- a. Sede/Pici/UN-MTS
- b. UN-MTO/Pici/Sede
- c. UN-MTS/Sede/UN-MTL

2 - TURNO DA NOITE

- a. UN-MTS/Pici/Sede
- b. Sede/ Pici/UN-MTO
- c. UN-MTL/Sede/UN-MTS

3 - JUAZEIRO DO NORTE

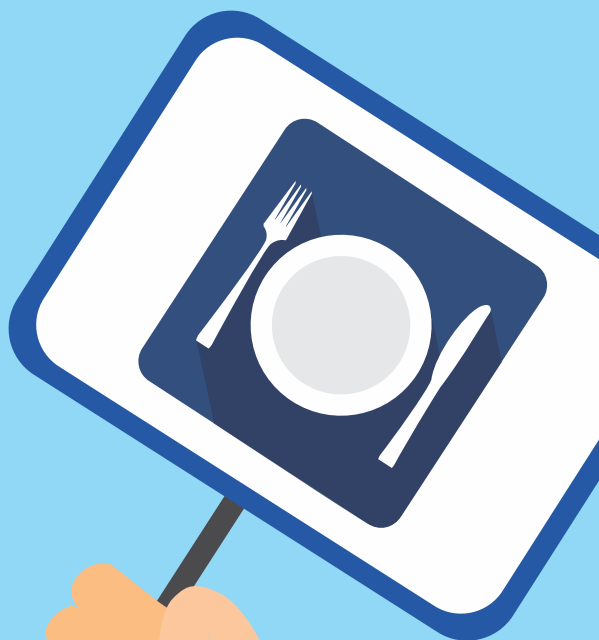
- a. Novo Juazeiro/Regional/Novo Juazeiro

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por força de necessidade administrativa devidamente deliberada pela administração da Cagece, as rotas especificadas no caput desta cláusula poderão ser alteradas, de forma que não acarrete prejuízos para os empregados beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece poderá, também, substituir o transporte coletivo descrito nas rotas especificadas no caput desta cláusula, com utilização inferior a 60% (sessenta por cento) da lotação sentada prevista no veículo, pela concessão de vale transporte em favor dos empregados que estiverem registrados no sistema de concessão do vale-transporte em 24.08.18, independentemente do pagamento do percentual de 6% (seis por cento) previsto na legislação vigente.

VALE-ALIMENTAÇÃO E VALE-LANCHE

Em 2018 houve uma deflação no valor da cesta básica de Fortaleza de 10,4% negativos. Mesmo assim conseguimos na campanha salarial deste ano reajustar os vales alimentação e lanche. Se comparamos com as companhias de saneamento do Brasil, o vale-alimentação pago pela Cagece está entre os de maior valor do País, fruto da luta do Sindiagua e da categoria!



GRATIFICAÇÃO NATALINA

A Gratificação Natalina foi implantada em 2014 inicialmente com 8 vales-alimentação. Hoje a cláusula garante aos trabalhadores(as) 14 vales-alimentação extras no mês de dezembro. O benefício é uma boa ajuda nas despesas de final de ano.



Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXILIO EDUCAÇÃO FORMAL

A Cagece poderá contribuir com a formação profissional de todos empregados em cursos de pós-graduação "LATO-SENSU" (especializações, MBA's) e "stricto-sensu" (mestrados, doutorados e pós-doutorados) e cursos de línguas estrangeiras, mediante ressarcimento de valor correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do valor do curso. Os empregados somente terão direito ao benefício em cursos de pós-graduação "LATO-SENSU" (especializações, MBA's) e "stricto-sensu" (mestrados, doutorados e pós-doutorados) após a análise da vinculação entre o conteúdo do curso pleiteado e as competências inerentes às atribuições do cargo que este ocupa, considerado o interesse público na qualificação do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O ressarcimento previsto no caput desta Cláusula poderá ser de até 100% dos valores dos cursos de gestão realizados por Diretores, Gerentes, Assessores e/ou Superintendentes da Cagece.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado deverá comprovar perante a Cagece, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do vencimento da parcela, o pagamento da mensalidade junto ao estabelecimento de ensino, além da regularidade de no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do seu comparecimento, sob pena da Companhia suspender o pagamento do auxílio.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Cagece prestará assistência médica a seus empregados e dependentes, mantendo ambulatório na sede da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE SAÚDE E PLANO ODONTOLÓGICO

A Cagece custeará os valores decorrentes das despesas com Plano de Saúde em Enfermaria e Plano Odontológico dos empregados, contribuindo estes com o valor de R\$ 0,01 (um centavo de real), ficando de logo autorizado o desconto dessa importância em folha de pagamento. Os custos oriundos da adesão dos dependentes serão suportados pela Cagece e pelos respectivos empregados, conforme tabela abaixo:

FAIXAS SALARIAIS	PARTICIPAÇÃO CAGECE (%) DEPENDENTE	PARTICIPAÇÃO EMPREGADO (%) DEPENDENTE
ATÉ 7 SM	100	0
DE 07 A 08 SM	90	10
DE 08 A 09 SM	85	15
DE 09 A 15 SM	80	20
DE 15 A 20 SM	45	55
DE 20 A 25 SM	40	60
ACIMA DE 25 SM	35	65

SM = SALÁRIO MÍNIMO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os dependentes da Faixa Salarial I, o empregado contribuirá com o valor de R\$ 0,01 (um centavo de real), ficando de logo autorizado o desconto dessa importância em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece garantirá aos seus empregados e dependentes (conforme tabela existente) o acesso aos serviços médicos hospitalares e laboratoriais, com as condições no mínimo iguais as elencadas no ofício 111/2010 (Sindiagua) datado de 16/06/2010, protocolado na Cagece sob o número 8007.003347/2010-00, em anexo, objetivando não diminuir a qualidade de atendimento ora em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece custeará o Plano de Saúde em Enfermaria e Plano Odontológico do empregado que pedir demissão após a concessão da aposentadoria pelo INSS e que não tenha aderido a nenhum plano de incentivo a aposentadoria (PPA/PRSP) ofertado pela Cagece, e aos seus dependentes (quota da empresa e do empregado) pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do seu desligamento.

A Cagece custeará o Plano de Saúde em Enfermaria e Plano Odontológico do empregado que tenha a aposentadoria por invalidez concedida pelo INSS, e aos seus dependentes (quota da empresa e do empregado), pelo prazo de até 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de concessão deste benefício, observada sua vigência.

Decorrido o referido lapso temporal, o aposentado e seus dependentes (esposa(o), filhos até 28 anos ou inválidos, companheiro(a)) poderão optar pela permanência no Plano de Saúde e Plano Odontológico, desde que procedam o pagamento integral do benefício (empregado e empresa) na condição de agregado especial, através de documento emitido pelo plano para fins de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO: A Cagece pagará pelo período de 02 (dois) anos a totalidade do Plano de Saúde em Enfermaria e Plano Odontológico para os dependentes cadastrados no Plano de Saúde e Plano Odontológico, no caso de morte do seu empregado.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos Contratos de Plano de Saúde e Plano Odontológico que a Cagece vier a celebrar deverão contemplar os ex-empregados que se aposentaram a partir de 02/01/2003, os quais poderão aderir aos Planos, desde que procedam o pagamento integral do benefício na condição de agregado especial, através de documento emitido pelo plano para fins de pagamento. Para fazer jus a este direito o ex-empregado deverá manifestar, por escrito, o interesse entre em ingressar no Plano de Saúde e Plano Odontológico, junto à Cagece/Gepes, no período do registro do presente Acordo Coletivo até no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato Administrativo a ser celebrado com a empresa prestadora de serviço de Plano de Saúde e Plano Odontológico.

PARÁGRAFO SEXTO: O atraso no pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas por parte do aposentado ou de qualquer de seus dependentes (esposa/esposo, filhos até completar 28 anos ou inválidos de qualquer idade, companheiro/companheira habilitado junto ao INSS) importará na exclusão do Plano de Saúde e do Plano Odontológico.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O SINDIAGUA designará um representante para participar da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da eficiência do Plano de Saúde e Plano Odontológico.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

A partir do 16º (décimo sexto) dia de licença médica, a Cagece complementarará o auxílio-doença pago pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), consistente na diferença entre o valor do benefício e a remuneração do empregado, na forma prevista na Resolução nº 016/08/DPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Cagece pagará Auxílio Empregado Portador de Necessidades Especiais, a título de indenização, no valor de R\$1.067,75 (hum mil e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos) mensais, ao empregado que estiver licenciado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e for portador de necessidades

PLANO DE SAÚDE

O plano de saúde é uma das mais valiosas conquistas da categoria e do Sindiagua. Antes, o benefício era alvo de constantes reclamações, pela baixa qualidade de cobertura da operadora responsável. Em 2010, as condições atuais de atendimento e cobertura do plano foram fixadas em Acordo Coletivo e o benefício passou a ser gratuito para mais de 70% dos empregados da Cagece e seus dependentes (sem perda da qualidade da cobertura). Apesar de em 2018, assim como acontece todos os anos, termos enfrentado pressões para reduzir esse direito, o Sindicato, juntamente com a categoria, conseguiu manter o plano de saúde.



especiais, estas definidas na Cláusula AUXILIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso da necessidade especial ter tido como causa acidente de trabalho, esse valor será pago em dobro. Este benefício será estendido aos empregados contemplados no ACT 2009/2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece garante aos empregados aposentados pelo INSS, e que estejam com contrato de trabalho vigente, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, a percepção de complemento salarial, consistente na diferença entre o valor da aposentadoria e a remuneração do empregado, mediante relatório médico assistente, que deverá ser aprovado pelo departamento médico da companhia.

PARÁGRAFO QUARTO: O complemento salarial previsto no parágrafo anterior será pago a título de indenização, a partir do 16º dia de afastamento, limitado a 05 (cinco) dias por licença, não podendo exceder ao total de 15 (quinze) dias no período de 12 (doze) meses a contar da vigência do presente acordo.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXILIO FUNERAL

Será pago pela Cagece auxílio funeral em valor correspondente a 3,5 (três) vezes o piso salarial da empresa para regime de 40 horas, por morte de empregado, ou de seus dependentes, assim considerados: esposa(o) ou companheira(o), pais, filha ou filho, menor de 28 (vinte e oito) anos, e filhos inválidos, qualquer que seja a idade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de falecimento de empregado, ou de beneficiário conforme os tipos acima discriminados, que possua vínculo com mais de um empregado, o auxílio será pago de forma rateada entre os requerentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O benefício deverá ser solicitado a Gerência de Pessoas - Gepes no prazo máximo de 180 dias a contar da data do falecimento.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXILIO CRECHE / EDUCAÇÃO

A CAGECE pagará o valor de R\$ 565,75 (quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) mensais por cada filho de empregado (legítimo, adotivo ou com guarda judicial) com idade de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, a título de indenização na modalidade de auxílio creche sem necessidade de comprovação, mediante apresentação da certidão de nascimento; e, o mesmo valor por cada filho de empregado (legítimo, adotivo ou com guarda judicial) com idade de 05 (cinco) a 16 (dezesesseis) anos, a título de indenização na modalidade de auxílio educação, neste último caso mediante comprovação de matrícula do menor em estabelecimento público ou particular e declaração de frequência a cada seis meses, emitida pelo estabelecimento. O benefício será concedido após a solicitação junto à Gepes, juntamente com a documentação comprobatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que desejarem não ser tributados na modalidade auxílio creche, devem apresentar a comprovação mensal da creche até o dia 10 de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de filho de empregado com guarda judicial provisória, a comprovação de guarda deve ser atualizada e apresentada à Gerência de Pessoas – Gepes a cada 6 (seis) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece continuará procedendo ao pagamento do aludido valor até o mês de dezembro do ano em que o filho complete 16 (dezesesseis) anos de idade.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso os pais trabalhem na Cagece, o pagamento dos auxílios previstos no caput desta Cláusula será realizado somente em favor de um deles.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ

A Cagece pagará indenização para cobertura dos seguintes sinistros:

I - MORTE NATURAL - 15 (quinze) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 60,69 (sessenta vírgula sessenta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece;

II - MORTE ACIDENTÁRIA (inclusive por acidente de trabalho) - 30 (trinta) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 121,39 (cento e vinte e um vírgula trinta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece;

III - INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (inclusive por acidente de trabalho) - até 30 (trinta) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 121,39 (cento e vinte e um vírgula trinta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece. Na invalidez permanente parcial por acidente a indenização será proporcional ao grau de invalidez verificado, conforme disposição normativa da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

IV - INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA - 15 (quinze) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 60,69 (sessenta vírgula sessenta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de invalidez permanente, a indenização prevista nesta Cláusula, será paga diretamente ao empregado ou ao seu representante legal; em caso de morte, aos seus dependentes, na seguinte graduação legal: ao cônjuge/companheiro, aos filhos e pais, ou, na ausência destes, aos seus sucessores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a Cagece não proceda a contratação do seguro em grupo, na forma prevista no caput desta Cláusula, assumirá a responsabilidade pela cobertura das indenizações nos mesmos níveis e valores acima estabelecidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para atestar a invalidez prevista no Item IV, desta Cláusula, a Cagece indicará uma junta médica que deverá emitir laudo no prazo de 30 (trinta) dias, devendo a Cagece proceder o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do laudo médico respectivo, caso a invalidez seja atestada.

PARÁGRAFO QUARTO: O benefício previsto no Item IV, desta Cláusula, será pago uma única vez pela Cagece.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS INDENIZAÇÕES POR UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS

O empregado que utilizar seu automóvel para o desempenho de suas atribuições funcionais, desde que esteja a serviço e prévia e expressamente autorizado pela empregadora, receberá da Cagece o valor de R\$ 1,23 (um real e vinte e três centavos) por quilômetro rodado; e, aquele que utilizar a sua moto, nas mesmas condições acima, receberá da Cagece o valor de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos), a título de indenização. Os valores ora elencados destinam-se a fazer face à depreciação, manutenção, taxas, impostos incidentes sobre o veículo, tais como IPVA, Licenciamento e DPVAT, combustível, e qualquer outra parcela decorrente do direito de propriedade.

PARÁGRAFO UNICO: Os valores decorrentes das indenizações indicadas nesta Cláusula têm natureza indenizatória (depreciação e manutenção de veículo e ressarcimento de combustível), daí porque não se

AUXÍLIO CRECHE/ EDUCAÇÃO

Outra conquista importante alcançada nos últimos anos foi o aumento da idade do Auxílio-creche, que beneficia filhos de empregados(as) da Cagece matriculados no ensino regular privado. Nos últimos nove anos, a faixa etária dos filhos que têm direito a esse benefício passou de 7 para 16 anos.



incorporam à remuneração do empregado para qualquer fim (CLT, § 2º, do art. 457).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENIO FARMACIA / REEMBOLSO DE MEDICAMENTOS

A Cagece celebrará convênio para fornecimento de medicamentos aos seus empregados, os quais desde já autorizam o desconto no salário dos valores referentes às aquisições, que será efetivado na folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios de parcelamento que forem conseguidos pelas empresas junto aos fornecedores serão repassados aos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece reembolsará, aos empregados, as despesas decorrentes de aquisição de medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico, mediante a exibição de cupom fiscal, declaração e receita médica a ser visada pelo serviço médico da Cagece, a título de indenização. A Cagece reembolsará as despesas de medicamentos de acordo condições estabelecidas na norma interna - SAD-051 que disciplina o referido benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece reembolsará, aos empregados, os seguintes materiais descartáveis de uso contínuo: seringas, agulhas, esparadrapos, fitas adesivas para curativo, até 01(uma) fita glicêmica por dia, bolsa de colostomia, sonda vesical e respectivo saco de coleta de urina, a ser regulamentado em norma interna.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXILIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Cagece pagará o valor de R\$1.067,75 (hum mil e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos) mensais, por filho (legítimo ou adotivo) e nos casos de guarda judicial, a título de indenização aos empregados com filhos portadores de necessidades especiais, conforme relação a seguir:

I - Deficiências físicas: redução ou ausência de função física, tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, monoplegia, diplegia, amputação de membros (exceto dedos) e membros com deformidade congênita ou adquirida não produzidas por doenças crônicas e/ou degenerativas;

II - Deficiência visual: cegueira considerada como ausência total de visão ou acuidade visual não excedente a um décimo pelos optótipos de Snellen, no melhor olho, após correção ótica; ou para aqueles cujo campo visual seja menor ou igual a 20% no melhor olho desde que sem auxílio de aparelho que aumente este campo visual; ambliopia: para aqueles que apresentam deficiência de acuidade visual de forma irreversível, aqui enquadrados aqueles cuja visão se situe entre um e três décimos pelos optótipos de Snellen após correção e no melhor olho;

III - Deficiência auditiva profunda ou total, bilateral;

IV - Deficiência mental ou excepcional em tratamento fisioterápico, fonoterápico, psicoterápico ou psiquiátrico realizado em ambulatório de saúde mental ou que participe de qualquer programa de educação ou reabilitação em caráter continuado, junto à entidade especializada;

V - Demais doenças: alienação mental, esclerose múltipla, neoplasias malignas, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, hepatopatia grave, nefropatia grave, pneumopatia grave, espondiloartrose anquilosante, síndrome de Guillain Barré, portador de HIV, AIDS, hemofilia, fibrose cística, estado avançado da Doença de Paget, contaminação por radiação, doença psiquiátrica incapacitante, epilepsia de difícil controle e neuropatia invalidante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fazer jus ao benefício previsto no caput desta Cláusula, o empregado deverá apresentar um Laudo Médico atestando o grau do estado de saúde junto ao Médico do Trabalho da Gerência de Pessoas - Gepes, que emitirá parecer recomendando ou não o pagamento do benefício. O benefício será concedido a partir da data de entrega da documentação necessária junto a Gerência de Pessoas - Gepes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso os pais trabalhem na Cagece, o pagamento dos auxílios previstos no caput desta Cláusula será realizado somente em favor de um deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE CULTURA

A Cagece manterá a adesão ao Programa de Cultura do Trabalhador, previsto na Lei nº 12.761, de 27.12.2012.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO 12X36H

Fica estabelecida a jornada de trabalho em escala de 12h x 36h, ou seja, doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, a ser praticada em unidades cujo funcionamento seja ininterrupto, de acordo com a conveniência da empresa e necessidade do serviço, obedecendo as disposições abaixo descritas:

- a) A jornada 12hx36h poderá ser praticada nas unidades cujo funcionamento seja ininterrupto, de acordo com a conveniência da empresa e necessidade do serviço.
- b) No regime de trabalho ora estabelecido, não haverá redução dos salários previstos na Tabela Salarial, sendo respeitados os enquadramentos dos empregados e as majorações decorrentes da política salarial em vigor, com aplicação do divisor 200 (duzentos) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado.
- c) A Cagece garantirá o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora.
- d) A escala será definida pela Cagece, sem privilegiar ou onerar um ou outro empregado em especial, garantindo-se que um descanso mensal remunerado recaia em um domingo, conforme legislação vigente.
- e) Será permitida a flexibilização de plantão, no interesse do empregado, de forma a garantir um final de semana de descanso, por meio da troca de até 1 (uma) escala por mês, observando o limite máximo de horas permitido para a jornada mensal de 12h x 36h, sendo que as horas prestadas por meio de referida permuta, bem como eventual diminuição do intervalo interjornada, serão compensados com folga dentro do mesmo mês.

Controle da jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PONTO ELETRÔNICO

A Cagece e o SINDIAGUA constituirão comissão paritária, para realizar estudos sobre a possibilidade de inclusão de sistemas de ponto eletrônico utilizado para registro e controle de marcação da jornada de trabalho como instrumentos legais para aferição da frequência dos empregados, conforme a Portaria 373/2011 do MTE.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DOS SERVIÇOS

Os estudantes nos dias de concursos para vestibulares e concursos públicos, após a devida comprovação, serão dispensados do serviço, sem prejuízo de sua remuneração, desde que comunique a empresa, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

REEMBOLSO DE MEDICAMENTOS

O reembolso de medicamentos é mais uma conquista alcançada nos últimos anos que visa promover a saúde e o bem-estar dos(as) trabalhadores(as). Através dessa cláusula, o gasto com remédios e materiais farmacêuticos de uso contínuo é reembolsado integralmente pela Cagece. Na campanha salarial deste ano, foi incluído na lista de material reembolsável a fita glicêmica.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Nos casos de falecimento de cônjuge, companheiro(a) e filhos a Cagece considerará justificada a ausência do empregado ao serviço, por 10 (dez) dias corridos; no caso de falecimento de pais e irmão(s), por 05 (cinco) dias úteis; no caso de falecimento de avós e netos, por 02 (dois) dias úteis; no caso de nascimento de filhos, por 20 (vinte) dias corridos, de acordo com a Lei nº 13.257/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO ANIVERSÁRIO

A Cagece concederá 01 (um) dia de folga ao empregado como abono-aniversário a ser gozado no período de até 30 dias da data do seu aniversário.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA PARA PAIS/MÃES COM FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Fica concedido ao empregado, que seja pai/mãe de filho portador de necessidade especial, o afastamento de até 2 (duas) horas diárias, no início ou término do expediente, desde que comprovada a condição de portador de necessidade especial de filho(a), conforme previsto na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA, sem redução de salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fazer jus ao benefício previsto no caput desta Cláusula, o(a) empregado(a) deverá solicitar o benefício através de requerimento padronizado acompanhado da certidão de nascimento do filho(a) e a comprovação de concessão do benefício AUXÍLIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, à Gerência de Pessoas - Gepes, devendo manifestar se deseja a redução no início ou término do expediente. Em casos excepcionais, a concessão do benefício poderá ser analisada pela Cagece.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso os pais trabalhem na Cagece, a concessão do benefício previsto no caput desta Cláusula será dada somente em favor de um deles.

Férias e Licenças Remuneração de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO NAS FÉRIAS

A Cagece poderá parcelar o valor correspondente ao adiantamento de salário por ocasião de férias, correspondente aos 20 ou 30 dias de férias, com exclusão da gratificação de férias (1/3), a título de empréstimo em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas, iniciando o desconto 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, desde que solicitada pelo empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto no caput da presente cláusula é facultativo aos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Será concedida aos empregados da Cagece uma gratificação de férias, correspondente a um salário mínimo, vigente na data de sua concessão, ou o previsto na Constituição Federal, prevalecendo a maior.

Licença Remunerada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA DE ACOMPANHAMENTO

Com a devida comprovação a Cagece liberará o empregado, de um turno de trabalho pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias ou em período integral pelo prazo de 07 (sete) dias, a critério deste, para acompanhamento de pais, cônjuge, filhos ou companheiro(a) habilitado(a) na Previdência Social, que se encontrem internados em tratamento hospitalar ou tratamento domiciliar, no caso de pós-operatório.

Licença Maternidade

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA MATERNIDADE

A Cagece concederá licença maternidade em favor de suas empregadas (mães biológicas ou adotivas) pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia do afastamento, ficando alterada a licença previdenciária.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA DIREÇÃO DO SINDIÁGUA

A Cagece liberará 07 (sete) Diretores do SINDIÁGUA, previamente indicados por seu Presidente, para permanecerem exclusivamente a serviço da entidade sindical, com a Cagece custeando 06 (seis) Diretores e 01 (um) pelo SINDIÁGUA, sendo vedado, aos demais Diretores não liberados, a prática de atividades sindicais durante a jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONGRESSOS E CURSOS

A Cagece poderá liberar empregados indicados pelo SINDIAGUA, a participar de congressos, cursos e/ou reuniões. O SINDIAGUA deverá remeter à CAGECE a lista de presença, declaração de comparecimento ou certificado do curso realizado pelo empregado.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE E DESCONTO EM FOLHA

A Cagece efetuará o desconto da mensalidade sindical e procederá ao repasse para a entidade sindical.


Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MURAIIS

A Cagece delimitará espaço para a colocação de murais e urnas, nos diversos locais de trabalho, respeitada a legislação específica ou norma administrativa incidente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA- MESA DE NEGOCIAÇÃO

Fica mantida a Mesa de Negociação Permanente, com reuniões mensais, composta por membros indicados pelo SINDIAGUA e pela Cagece, composta e regulamentada pelas disposições vigentes.



JADSON SARTO ANGELO OLIVEIRA DE PONTES
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA


ANTONIO DE OLIVEIRA
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA


ANTONIO MARCOS VINÍCIUS CATUNDA GUERRA
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA


ANTONIO CLETO GOMES
PROCURADOR
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE


SILENO KLEBER GUEDES FILHO
PROCURADOR
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE


NEURISANGELO CAVALCANTE DE FREITAS
PRESIDENTE
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE

Diretoria do Sindiagua

Diretoria Executiva

Jadson Sarto Angelo Oliveira de Pontes
Presidente

Joel Lopes de Sales Bastos
Vice - Presidente

Antonio de Oliveira
Secretário de Finanças

Rui Basílio Gonçalves
Secretário de Administração

Antonio Carlos Sá Brandão
Secretário de Comunicação

Antonio Marcus Vinícius Catunda Guerra
Secretário Jurídico

Linaidi Silva Crispim
Secretária de Saneamento Ambiental

Rivelino Cardoso Xavier Teles
Secretário de Formação

Maria Goreti Araujo
Secretária de Políticas Sociais e Sindicais

Haroldo Heitor Ribeiro
Secretário dos Aposentados

Ana Lucia de Oliveira
Secretário de Articulação com os Mov Sociais

Coordenações Regionais

TITULARES:

Francisco de Assis Pereira da Silva
Joelma Ferreira Colares Alves
Eisenhower Bandeira de Melo
Flaubenio Teixeira Sabioa
Francisco de Assis Gomes da Silva
Jose Oliveira de Almeida
Valfrido Soares de Sena
Francisco Lopes
Francisco das Chagas Almeida Marques
Ildvan Silva dos Santos
Raimundo Pereira do Carmo

SUPLENTES

Simone Batista Carvalho Lira
João Batista Ferreira Lima
Fabiola Maia Costa Lima
Alcides da Silva Duarte
Romulo Morel de Carvalho
Antonio Ferreira Domingos
Jorge Luiz de Almeida Freitas
José Albertinho Fernandes
Pedro Ferreira Lima
Raimundo Casemiro de Andrade
Etevaldo Rodrigues Alves

Outras coordenações

Coord de Meio Ambiente

Titular - Gerson Martins Costa Pereira
Suplente - Francisco Edson Saraiva Freire Júnior

Coord de Saneamento

Titular - Paulo de Tarso Cavalcante Pequeno
Suplente - Alexsandro Forte Crisostemo

Coord de Formação Sindical

Titular - Aluisio Sergio Novais Eleuterio
Suplente - Adahil Pereira de Sena

Coord da Mulher

Titular - Rosa Maria Santos Batista
Suplente - Vilma Maria Duarte

Coord de Saúde e Seg do Trabalho

Titular - Ronaldo Jorge Moura Guimarães
Suplente - Francisco Vanilson dos Santos

Coord de Informática e Banco de Dados

Titular - Aldenor Queiroz de Menezes
Suplente - Marcus Vinícius Vasconcelos Dias

Coord de Políticas Sociais

Titular - Ednaldo Dantas Mendonça
Suplente - Fco. de Assis Félix de Araújo (Cantor)

Coord de Esporte Cultura e Lazer

Titular - Antônio Belarmino
Suplente - Francisco Matias Filho

Coord de Previdência Social

Titular - João Batista da Rocha
Suplente - Luiz Carlos Andrade Moraes (Lula Moraes)

Coord de Novas Tecnologias

Titular - Cezar Motta Araujo Junior
Suplente - Francisco Aldo Maia Teixeira

Coord de Recursos Hídricos

Titular - Virgílio César Aires de Freitas
Suplente - João Alves Viana Filho

Conselho Fiscal

Titulares

Antonio Souza de Arruda
Antonio Claudio Saraiva Coelho
Frandalberto Barroso Rodrigues

Suplentes

Antonio Flávio da Rocha
Edivan Florêncio de Oliveira
Fábio Nogueira da Silva

INFORMAÇÕES ÚTEIS

O que é contribuição sindical

A Contribuição Sindical Anual é uma importante ferramenta para a manutenção do dia-a-dia do Sindicato, bem como para custear ações necessárias para a defesa dos interesses do trabalhador, como campanhas salariais e mobilizações de rua. A famigerada Reforma Trabalhista do (des)governo Temer retirou sua obrigatoriedade prevista na CLT com o único objetivo de enfraquecer os sindicatos, mas todo trabalhador(a) que desejar pode contribuir anualmente.

A distribuição da contribuição sindical acontece desta forma:

I - 5% (cinco por cento) para a Confederação correspondente;

II - 15% (quinze por cento) para a Federação;

III - 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo;

IV - 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”.

Todos os trabalhadores que querem ver seus direitos defendidos devem recolher a Contribuição Sindical em favor da entidade que luta pelos interesses da categoria. Fortaleça o Sindicato que efetivamente representa os trabalhadores de saneamento no Ceará e lutam por seus direitos. Não deixe que os recursos sejam entregues a outros sindicatos.

O que é assédio moral

Assédio Moral é a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho. Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, acarretando prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador. Os especialistas sobre a questão aconselham registrar todas as humilhações impingidas - com data, detalhes, forma, testemunhas, além de dar visibilidade ao assédio comentando com outras pessoas, colegas de trabalho.



ÍNDICES	
INPC (ABRIL 2018 - ANUAL)	1,69%
IPCA (ABRIL 2018 - ANUAL)	2,76%
IGPM (ABRIL 2018 - ANUAL)	1,89%
Cesta Básica de Fortaleza (ABRIL 2018 - ANUAL)	-10,42%
Salário Mínimo 2018	R\$ 954,00
Teto da Previdência Social 2018	R\$ 5.654,80

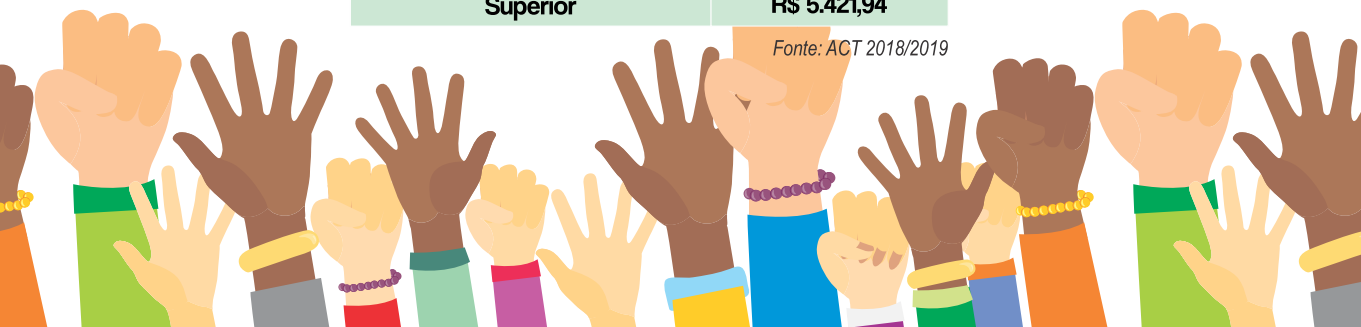
Fonte: IBGE/FGV/DIEESE/INSS

COMPARATIVO DOS VALORES PAGOS PELO PLANO DE SAÚDE: ATRAVÉS DO SINDIAGUA X CONTRATO INDIVIDUAL		
	Plano SINDIAGUA (independente da idade)	Plano individual (acima de 59 anos)
Plano Unimed Enfermaria	R\$ 547,80	R\$ 2.389,35
Plano Unimed Apartamento	R\$ 739,55	R\$ 3.239,49

Fonte: Sindiagua/Unimed

PISO SALARIAL CAGECE	
Nível	Piso
Fundamental/médio	R\$ 2.007,88
Técnico	R\$ 3.202,72
Superior Tecnólogo	R\$ 4.588,89
Superior	R\$ 5.421,94

Fonte: ACT 2018/2019



IMAGENS DA CAMPANHA SALARIAL







Momento em que os
trabalhadores votaram
a favor da aprovação
do ACT 2018/2019



**ÁGUA É
DIREITO
DE TODOS!**

**PRIVATIZAÇÃO
DISFARÇADA DE PPP**

NÃO!



SINDIAGUA

**35
ANOS**

1983

2018